

A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PLANO “MARINGÁ 2030”

Hugo Minoru Kitazawa (UEM) - hugo_minoru@hotmail.com

William Antonio Borges (UEM) - willbillborges@gmail.com

Julia Silva Gonçalves (UEM) - goncalves.julia@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de compreender a atuação do Estado na produção do espaço urbano de Maringá, a partir do plano intitulado “Maringá 2030”. Para tanto, a pesquisa se estabeleceu como um estudo documental, pautado em dados secundários obtidos diretamente do site da Prefeitura, também auxiliado por dados primários, constituídos como narrativas registradas quando da participação de um dos autores em uma sessão do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, na Associação Comercial da mesma cidade, quando o Plano Maringá 2030 se inscreveu como pauta. Como resultado, percebeu-se que os projetos que integram o Plano Maringá 2030, têm como objetivo principal beneficiar o setor produtivo privado, quer seja o capital imobiliário - no que se refere a geração de excedente -, ou os setores: industrial e prestador de serviços, por meio de fomentos de infraestrutura e de mão de obra especializada. Ademais, todas essas ações comprovam que o espaço, conforme afirmado por Lefebvre (2008), constitui-se em modo (por se encontrar “nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder, de uma classe dominante ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos) e mediação (ao permitir impor uma coesão ou dissimular as contradições da realidade). E por fim, o Estado, por ser entendido a partir de sua natureza de classe, só conseguirá atender aos interesses públicos à medida que mantiver o desenvolvimento econômico, por meio da criação das condições que garantem o crescimento e desenvolvimento da classe dominante, aqui representada pela sociedade civil restrita da cidade de Maringá formada por empresas dos setores da construção civil e da alta tecnologia.

Palavras-chave: *idades; espaço; produção do espaço urbano; Estado; atuação do Estado.*

Área temática: *GT-20 Estudos Organizacionais e Administração Pública: Um Diálogo Necessário*

1. INTRODUÇÃO

Sob um contexto de alterações no formato das organizações, especialmente no que se refere a constituição de redes, como estratégias para lidar com o contexto de globalização (CASTELLS, 2011). Os estudos da teoria organizacional e seus métodos também precisaram se adaptar a esse novo contexto. Os estudos organizacionais viram, então, na multidisciplinaridade, definida por Engelman e Perrone (2006) como sendo: a busca da informação e a ajuda em várias disciplinas que multiplicam olhares a respeito do objeto de estudo, uma forma de tentar compreender melhor esta nova realidade vivenciada pelas organizações.

Essa multidisciplinaridade possibilitou a utilização de conceitos, até então, muito discutidos em outros campos do conhecimento, como a Geografia, por exemplo. Um deles é o conceito de espaço que, segundo Lefebvre (2008), constitui-se em um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução do modo de produção capitalista, protagonizado pela sociedade, pelo Estado e pelo mercado.

Nesse sentido, com o advento da globalização, de políticas neoliberais e a descentralização das ações do Estado, por meio da construção de parcerias com o setor privado via organizações sociais e sociedade civil, identificamos ações de interesse privado se apropriando do Estado em detrimento do assunto público (mas com o discurso de atende-lo), estabelecendo uma agenda pública e governamental para tratar questões do segmento dos negócios. Este é o caso do Plano Maringá 2030. Em relação a isso, Harvey (2012) explica – em seu livro *Cidades Rebeldes* – que a produção do espaço urbano está fortemente atrelada ao interesse da acumulação do capital pela via da geração de excedentes, seja pela construção de novos loteamentos, ou por meio da prática da despossessão, e sempre sob a condução do Estado.

Tendo o espaço urbano como o *locus* deste trabalho e, mais precisamente, as relações capitalistas que nele se estabelecem, o objetivo do artigo é compreender a atuação do Estado na produção do espaço urbano a partir do plano “Maringá 2030”. Para tanto, a pesquisa se estabeleceu como um estudo documental, pautado em dados secundários obtidos diretamente do *site* da Prefeitura, mas também auxiliado por dados primários, constituídos como narrativas registradas quando da participação de um dos autores em uma sessão do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, na Associação Comercial da mesma cidade, quando o Plano Maringá 2030 se inscreveu como pauta.

Para o entendimento da história sobre a atuação do Estado na produção do Plano Maringá 2030, a partir desta introdução, inicia-se com uma explanação sobre a cidade e sua construção, na condição de espaço urbano, ao longo da história. Na terceira seção tem-se uma discussão sobre o papel do Estado na produção do espaço urbano, finalizando a discussão teórica. A quarta seção trata da leitura sobre a experiência Maringá 2030, iluminando o papel do Estado na condução do processo de planejar a cidade. E, finalizando, como última seção, tem-se as considerações finais.

2. AS CIDADES AO LONGO DA HISTÓRIA

Na sociedade moderna, as cidades europeias constituíram-se em espaços de concentração de capital e também em espaços do poder econômico e político, além de reserva de força de trabalho (SPOSITO, 2008). Somado a isso, a cidade assumiu um papel de desenvolvimento industrial proporcionado pelo avanço técnico e científico e pela formação da rede bancária e de um mercado urbano (SPOSITO, 2008). Todas essas transformações urbanas, segundo Sposito (2008), resultaram em um afastamento das condições de produção no campo e, conseqüentemente, na transformação dos trabalhadores rurais em consumidores de produtos não necessariamente restritos ao valor de uso, em função da sua subsistência.

Os capitalistas, visando aumentar sua capacidade produtiva, realizavam investimentos cada vez maiores e para isso necessitavam expandir seu mercado consumidor para os níveis regional, nacional e internacional (SPOSITO, 2008). As conseqüências disso, segundo Sposito (2008), foram não somente uma crescente especialização funcional, manifestada por uma divisão social do trabalho cada vez mais complexa, mas também a passagem de uma cidade como sistema institucional e social para uma constituída por redes urbanas.

As redes urbanas, aliadas à expansão do modo de produção capitalista, começaram a se constituir de modo hierárquico, em grandes aglomerados urbanos – denominados de metrópoles –, espaços de concentração de capital, de meios de produção e *locus* da gestão do próprio modo de produção (SPOSITO, 2008). Mas às metrópoles, segundo SPOSITO (2008, p. 540), “subordinavam outras de tamanho médio e as de tamanho médio, por sua vez, exerciam o papel de elo de ligação com os pequenos centros”.

Tal desenvolvimento urbano e, em conseqüência, um crescimento populacional, trouxeram também alguns problemas urbanos. Entre tais problemas, Sposito (2008) destaca: falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, ruas estreitas para a circulação, poluição de toda ordem, moradias apertadas e falta de espaço para o lazer.

O crescimento de modo desordenado, segundo Sposito (2008, p. 56), “tornou centro a área antes compreendida por todo núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada a periferia”. A periferia

era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos (SPOSITO, 2008, p. 56).

Ultramari e Moura (1994) recordam que por conta da existência de condições sociais diferenciadas entre o centro e a periferia no espaço urbano que explicam o porquê da existência de vários centros e periferias. Borges (2004, p. 43) complementa ao afirmar que “essa discrepância que impera entre essas duas realidades é o maior retrato da diversidade que uma cidade pode produzir”. Somado a isso, Borges (2004, p. 43) reitera que é preciso “incorporar ao termo periferia as áreas degradadas às margens do espaço urbano, os pequenos bolsões de pobreza em meio à cidade, as favelas e os prédios abandonados ocupados por ‘sem teto’”.

Assim, apesar de a periferia assumir uma ótica dominante sociologicamente (como espaço degradado ou à margem da sociedade), ela também assume uma ótica do espaço urbano (localizar-se na margem). Com isso, há a possibilidade, segundo Borges (2004, p. 43), de se terem regiões não periféricas [...] na margem, distante do centro, mas nunca em estado de carência ou em degradação”.

Tal desordem explica-se pelo Estado não se ocupar em prestar serviços necessários para combater os desequilíbrios sociais e econômicos (desigualdades), decorrentes do capitalismo, mas, no que se refere aos serviços não exclusivos, ocupar-se de apenas fomentar a produção da cidade, por meio de obras públicas de expansão e de readequação urbana, com o intuito de criar espaços para se gerar excedentes (HARVEY, 2012).

No Brasil, até meados do século XX, o Estado deixou de elaborar planos, regulamentos e até mesmo fiscalizar a maneira com que a cidade vinha sendo produzida. Sposito (2008, p. 56) salienta que o “Estado passou ele mesmo a atuar como especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários”. Assim, as cidades, os bairros e as casas passavam a ser determinados pelos interesses da iniciativa privada. Em outras palavras, pelos interesses do capital (SPOSITO, 2008).

Entretanto, essa desordem não duraria por muito tempo, pois começou a incomodar os detentores de capital, ou seja, os mais ricos. Na tentativa de superar os problemas ditos urbanos, “o poder público estabeleceu regulamentos e executou obras: a administração passou a gerir/planejar os espaços urbanos” (SPOSITO, 2008, p. 60). Entre os regulamentos e obras da segunda metade do século XIX, pode-se destacar a aprovação de leis sanitárias e a implantação de redes de água e esgoto (SPOSITO, 2008).

Com o planejamento urbano das cidades, além da remodelagem do centro, estabeleceu-se um processo de criação de “imensos bairros operários, marcados por alta densidade e por uniformidade” (SPOSITO, 2008, p. 60), conhecidos como casas (ou apartamentos) populares, construídas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), até os anos 1980. Essa medida sob a desculpa do melhor aproveitamento do espaço, tinha, na verdade, um outro interesse: obter maiores lucros (SPOSITO, 2008), com a expansão urbana, obviamente vinculada a construção civil. Nesse sentido, a produção do espaço urbano se estabelecia constituindo espaços para os trabalhadores de baixa remuneração (fundamentais para a consolidação do processo de industrialização, no Brasil), bem como pelo interesse de constituir reservas de valor entre os novos bairros populares e o antigo bairro periférico, ou seja, de terras loteadas que passavam a se estabelecer em meio a infraestrutura urbana. Conforme argumenta Maricato (2013, p. 140), a cidade se perfaz “[...] como espaço de reprodução do capital”. Assim, o que prevalece é o interesse do grupo detentor de capital cuja preocupação está na maneira como o capital moldará o ambiente urbano de acordo com suas necessidades ou interesses (MARICATO, 2013). E para sustentar essa lógica, o que sempre se viu no século XX, no Brasil, é a produção de espaços urbanos segregados, mesmo quando constituídos a partir de processos de planejamento.

Em contraposição aos desejos do grupo detentor de capital, formado pela “incorporação imobiliária [...], construção de edificações, construção pesada ou de infraestrutura e capital financeiro imobiliário” (MARICATO, 2013, p. 141), está o grupo dos trabalhadores, cujo desejo, em um primeiro momento, por “moradia e serviços públicos, mais baratos e de melhor qualidade referenciados ao seu poder de compra. Entenda-se mais barato e de melhor qualidade referenciados ao seu poder de compra” (MARICATO, 2013, p. 141). Rolnik (1995) complementa ao dizer que essa relação entre as classes dominante e dominada leva também a uma divisão do trabalho na qual “produz e repõe uma hierarquia que se expressa claramente em termos espaciais” (ROLNIK, 1995, p. 21).

A partir dessas considerações pode-se perceber que a divergência de interesses entre o capital e a classe trabalhadora, inclusive, a relação entre eles, é marcada pela presença de conflitos, como “as divergências entre o capital em geral e o capital imobiliário. Tratam-se de

divergências internas a frações do capital imobiliário pela disputa dos ganhos, além da divergência entre proprietários de imóveis e capital imobiliário” (MARICATO, 2013, p. 142).

Porém, Rolnik (1995, p. 24) recorda que há uma outra luta, “uma luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano que define também esta dimensão. Isto fica mais evidente durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação do dia-a-dia para assumir o caráter de *civitas* por inteiro”. Os comícios, passeatas ou barricadas, constituem-se, assim, em maneiras de desafiar o poder urbano, por meio da apropriação simbólica do espaço público (ROLNIK, 1995). Rolnik (1995) ainda complementa que em períodos de festa, marcada pela presença de pessoas, oriundas das mais diversas classes sociais, o território passa a manifestar a comunidade urbana com suas divisões, hierarquias, conflitos, solidariedades e alianças. Todas essas características marcam, de acordo com Sposito (2008, p. 60), “as bases da estrutura urbana das cidades de hoje”.

3. O ESPAÇO E ALGUNS CONCEITOS

Ao partir da concepção de espaço sob a epistemologia marxista, é necessário analisarmos o espaço, a partir dos escritos de Henri Lefebvre. Conforme Lefebvre (2008), o espaço é mais do que um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho por meio do consumo, porque o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, de reprodução da sociedade. Lefebvre (2008, p. 49) completa ao afirmar que “essa reprodução se realiza por meio de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação”. E Lefebvre (2008) vai mais além, segundo ele, o espaço seria assim um intermediário, isto é, um modo e uma mediação. Constitui-se em um modo “nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo” (LEFEBVRE, 2008, p. 45). Já como mediação, “o espaço instrumental permite impor uma coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva)” (LEFEBVRE, 2008, p. 45).

Pela perspectiva de Santos (1977 apud CORRÊA, 2012), o espaço juntamente com as demais categorias (modo de produção e formação socioeconômica) são interdependentes, conforme pode ser observado no trecho escrito por Corrêa (2012): “os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção” (SANTOS, 1977, p. 5 apud CORRÊA, 2012, p. 26).

Além disso, Santos (2013) tece uma relação muito próxima entre mercado e o espaço, pois para ele, ambos são “forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualizadoras na medida em que são, ambos criadores de raridade” (SANTOS, 2013, p. 137-138). O mesmo autor ainda completa afirmando que, tanto o mercado quanto o espaço são cegos para os objetivos isolados dos homens e isso corrobora para a existência de uma relação íntima e inseparável entre a alienação moderna e o espaço (SANTOS, 2013).

Por fim, segundo Harvey (2012), o espaço não é nem relativo, nem absoluto e muito menos relacional em si mesmo, pois, na verdade, ele pode tornar-se um ou outro separadamente e simultaneamente de acordo com as circunstâncias. Desta forma, para ele, mais importante do que tentar responder a pergunta: “o que é o espaço?” é tentar responder “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?” (HARVEY, 2012).

De forma a garantir que o espaço não seja local exclusivo de atuação de algumas pessoas ou grupos cujos interesses se sobrepõem aos interesses da população, como um todo, o Estado também produz o espaço urbano, por meio da criação de estruturas, para que a terra cumpra sua função social e atenda aos interesses públicos. Entretanto, o Estado desempenha outros papéis que serão melhor explicados na seção seguinte.

4. OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

De acordo com Corrêa (2014, p. 43), a produção do espaço urbano é fruto da “ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Deste modo, para entender a cidade como espaço urbano, é fundamental conhecer quem são os agentes envolvidos na sua produção.

Os agentes produtores do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. Além destes, outros autores influenciam fortemente o processo de constituição da cidade, são eles: agentes sociais e industriais. Cabe ressaltar que, esses diversos agentes apesar de terem diferenciações em suas estratégias, possuem fatores em comum que os unem. Enquanto os agentes produtores do espaço urbano privados buscam acumular capital por meio da sua territorialização, onde a terra se apresenta como mercadoria, vinculada a um processo de especulação com o objetivo de auferir maior lucro, de outra parte, o Estado, em tese, prioriza o valor de uso, alinhado a função social da propriedade e em defesa do interesse público (LEITÃO, 1999; BORGES; SELA, 2013).

No entanto, segundo Poulantzas (2000), o Estado desempenha papel fundamental na luta política e pela sua dominação, devido ao fato de o Estado capitalista constituir a burguesia como classe detentora do poder político, isto é, a burguesia como classe dominante. Tal luta conta com a presença de uma burguesia que, vai além de uma classe que criou o Estado por conveniência própria e que teria como função garantir o seu domínio perante as classes dominadas. Para Poulantzas (2000), o Estado também tem sua própria natureza, no caso, uma natureza de classe do Estado.

Essa natureza de classe do Estado pode ser entendida, então, a partir das relações entre o Estado e as classes dominantes e o Estado e as classes dominadas. Poulantzas (2000) afirma que na relação entre Estado e as classes dominantes, o Estado tem um papel de organização, em outras palavras, ele

representa e organiza as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classes burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes

de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista (POULANTZAS, 2000, p. 128-129).

Entretanto, Poulantzas (2000) destaca que esse papel não cabe somente a um único aparelho do Estado (os partidos políticos), pois os seus demais aparelhos, em seu conjunto e em diferentes graus, desempenham essa função, mesmo aqueles que tem em “essência” uma natureza repressiva, como o exército e a polícia.

Poulantzas (2000) completa, para ele a relação Estado-classes e frações dominantes é entendida como uma relação de exterioridade. Em outras palavras, “as classes dominantes se submetem ao Estado (Coisa) por um jogo de “influências” e de grupos de pressão, ora o Estado (Sujeito) se submete às classes dominantes”. (POULANTZAS, 2000, p. 133).

Porém, independentemente do tipo de agente social, as suas ações são responsáveis pela produção desse espaço que passa a ser, conforme Corrêa (2014), impregnado de materialidades e de significados diversos (associados a estética, etnicidade e *status*, por exemplo).

No que tange aos múltiplos papéis do Estado na produção do espaço, Corrêa (2014) afirma que isso se deve ao fato de o “Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORRÊA, 2014, p. 45). Samson (1980 apud Corrêa, 2014) elenca algumas das ações do Estado:

estabelecer o marco jurídico [...] de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas [...]; produzir as condições de produção para outros agentes sociais [...]; controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais; tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais [...] e tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço (SAMSON, 1980 apud CORRÊA, 2014, p.47-48).

Por fim, Maricato (2013) sintetiza ao argumentar que, as ações do Estado na produção do espaço urbano, compreende: controlar o uso e ocupação do solo, por meio de leis e planos; controlar o fundo público para investimentos e intermediar a distribuição de lucros, juros, rendas e salários, seja de maneira direta ou indireta (MARICATO, 2013). Desta forma, o Estado é necessário e fundamental para a existência de uma cidade, classificada por Rolnik (1995), como cidade política. Em outras palavras, uma cidade na qual é mais do que um aglomerado de indivíduos (chamados de massa), mas também é responsável pelo ordenamento e regulação do fluxo desses indivíduos. E para isso, ela conta com regulamentos e organizações que colaboram com a gestão da vida coletiva (ROLNIK, 1995).

5. METODOLOGIA

A adoção da pesquisa qualitativa é a mais adequada para compreender um fenômeno social, pois, segundo Richardson (2012),

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos

dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2012, p. 80).

Além de se caracterizar como um trabalho de abordagem qualitativa, foi desenvolvido por meio de um estudo documental a respeito do Plano Maringá 2030. Os registros foram acessados por meio de documentos constituído por escrito, mas também como em formato de slides, bem como publicação em revistas e fotos.

Antes de explicar sobre o método da análise documental, é preciso que identifique o que são documentos. Documentos são, segundo Hodder (1994), em contraposição aos registros, preparados por razões pessoais e incluem: diários, memorandos, cartas, diários de campo, e assim por diante. Além disso, conforme Hodder (1994) aponta, os documentos por encontrarem-se mais próximos da fala, eles requerem interpretações mais contextualizadas. E Hodder (1994, p. 393) completa que os textos escritos se mostram importantes para a pesquisa qualitativa, pois além de seu acesso ser mais fácil e de menor custo, a “informação provida pode diferir e não estar disponível na forma oral e, porque fornecem suporte para dar uma visão histórica”.

Hodder (1994) explica que o pesquisador que se utiliza deste método, análise documental, trabalha, necessariamente, com material cultural do passado e do presente, fazendo analogias entre eles. Este material tem o potencial, então, de ampliar o mundo das experiências do próprio analista (HODDER, 1994). Hodder (1994) vai além, para ele, o interpretador deste tipo de material deve considerar que as ideias, crenças e intenções são importantes para a ação e a prática, isto é, o componente ideológico está integrado à sua função material.

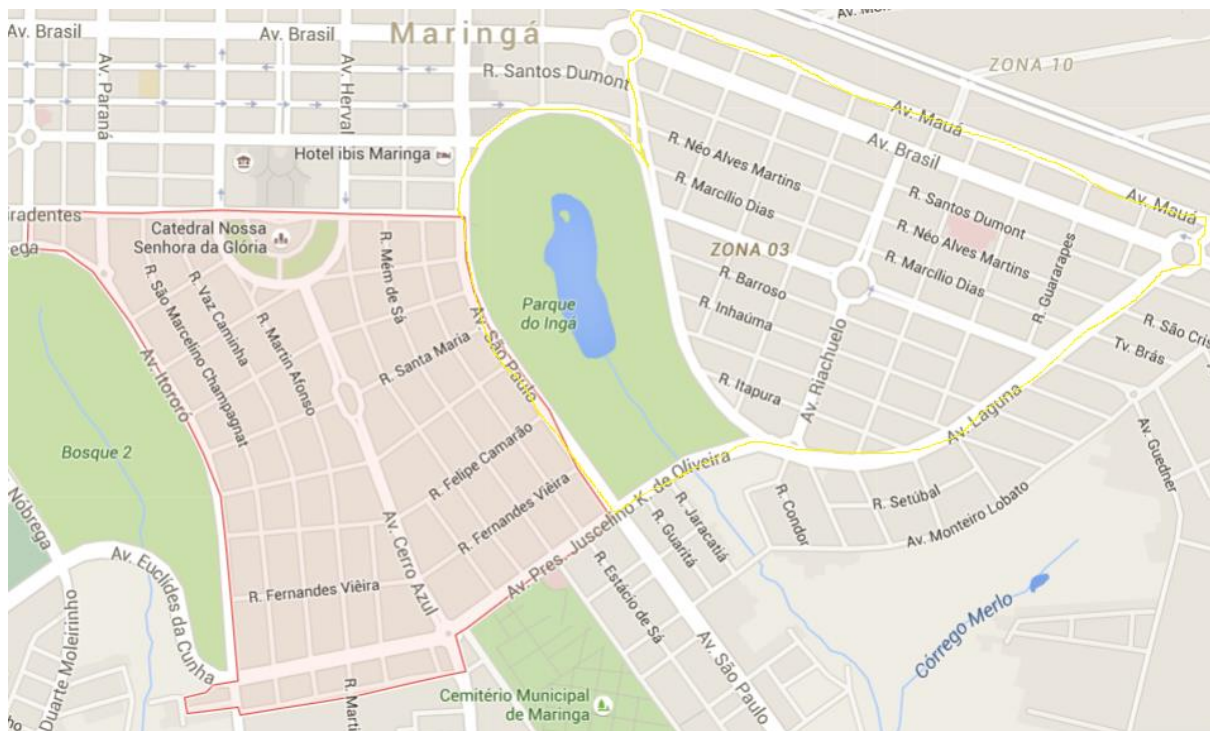
Os registros foram lidos com o intuito de identificar a presença do Estado no processo de produção do espaço urbano, em sua relação com o Plano Maringá 2030, e colocá-los em diálogo com a literatura já visitada. Tratou-se de contar uma história sobre o protagonismo do Estado e sua relação com a sociedade civil, com vistas de planejar estrategicamente a cidade.

6. MARINGÁ, CIDADE PLANEJADA: QUAL TEM SIDO O PAPEL DO ESTADO?

A cidade de Maringá, desde o seu surgimento, foi pautada na elaboração de projetos. Segundo Töws (2015), a planta inicial da cidade foi elaborada em 1947 pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Esse projeto contemplava todas as funções de uma cidade e refletia todas as experiências urbanísticas anteriores que Jorge de Macedo Vieira adquiriu em loteamentos como a Vila Maria Alta, Vila Maria Baixa e Jardim Japão, todos na cidade de São Paulo. Moro (2003) complementa ao afirmar que esse projeto já previa a cidade estruturada espacialmente em zonas funcionais (residencial, comercial, industrial, médico-hospitalar e administrativa), articuladas entre si por amplas avenidas, objetivando um desenvolvimento harmônico. No entanto, desde seu início, a cidade foi planejada de modo segregado, constituída com a divisão de classe inscrita em seu território. De um lado se tinha a Zona 02, bairro voltado para a elite, e de outro estava a Zona 03 (mais conhecida por Vila Operária), como reduto de moradia da classe trabalhadora, ao lado dos galpões de beneficiamento de café.

E de forma a ilustrar a localização tanto da Zona 02 quanto da Zona 03, na figura 01 a Zona 02 está delimitada pela linha vermelha e a Zona 03 pela amarela.

Figura 1 – Mapa da Zona 02 e da Zona 03



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Zona+02,+Maring%C3%A1+-+PR/@-23.4303661,-51.9314829,15z/data=!4m5!3m4!1s0x94ecd734b3d289f5:0x92e60abdc2f176a8!8m2!3d-23.4329995!4d-51.9342097>. Acesso em: 30/06/2016.

Sua ocupação inicial, segundo Töws (2015), ocorreu na região onde hoje é conhecida por Maringá Velho. Como bem recorda o referido autor, suas seis primeiras quadras foram ocupadas espontaneamente até que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná definisse onde estabelecer-se-ia o centro da cidade, a partir do projeto de Jorge Macedo Vieira. Depois de estabelecido e instalado, efetivamente, seu centro, a cidade passou a ser povoada na direção Leste do mesmo, surgindo, assim, a Vila Operária. Töws (2015) também destaca que esse plano inicial abarcava a ideia de Cidade-Jardim, e para se alinhar a isso, reservaram-se duas áreas de mata nativa, as quais são hoje o Parque do Ingá e o Parque dos Pioneiros. Desta forma, a cidade foi dividida em três partes, ligadas pela avenida Brasil, são elas: 1) ocupação inicial (Maringá Velho) à Oeste; 2) o Centro e; 3) a Vila Operária à Leste.

Apesar de ter sido fundada em 1947, a cidade de Maringá tem seu desenvolvimento atrelado as políticas em nível estadual. No início da década de 1960, sob o pensamento de estabelecer sete polos regionais no Paraná, enfocando, sobretudo, a sua industrialização, como modelo de desenvolvimento, o estado fundou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR).

Sob este pensamento de trazer o desenvolvimento industrial por meio do estabelecimento de polos regionais, o Governo do Estado percebeu a necessidade de se elaborar planos diretores para cada um destes polos regionais, dentre elas Maringá (TÖWS, 2015). Tratou-se da elaboração do primeiro Plano Diretor de Maringá, o Plano Diretor de 1967, cujas características eram: separação de cada assunto urbanístico em sua própria lei, tornando a

consulta mais objetiva, e uma grande preocupação com a análise dos eixos de circulação (BELOTO, 2004).

No entanto, a partir de um processo de industrialização da região norte do Paraná (indústria vinculada ao beneficiamento de produtos agrícolas), é que se estabeleceu um forte processo de urbanização em Maringá (BORGES, 2004). Foi na década de 1960, mais precisamente no período de 1961 a 1970, que, segundo Meneguetti (2009), houve forte ampliação do perímetro urbano, o que gerou um desequilíbrio no crescimento ordenado e eficaz do plano inicial, isolando os loteamentos periféricos das demais áreas da cidade. Já, nos anos 1980, os loteamentos populares passam a se estabelecer mais fortemente nos municípios vizinhos, em Sarandi (que pertencia a Marialva) e em Paçandu, constituindo a lógica de concentração de riquezas na cidade polo (segregada e excludente) e a pobreza na periferia externa (Capel, 1990), com a constituição de um aglomerado urbano.

Töws (2015) recorda que, apesar de a cidade ser conhecida pelo seu planejamento, isso não impediu que surgissem bairros cuja ocupação traria uma diferença em relação ao seu projeto original. Além disso, a aprovação da Lei 380/68 permitiu que em todas as avenidas houvesse a possibilidade de se fazer uso comercial, desde que cumprisse os parâmetros contidos no Código de Posturas e Obras, o que denota que o Poder Legislativo acabou atuando visando atender interesses específicos, mesmo que isso resultasse na alteração do projeto inicial.

Com a intenção de corrigir alguns problemas ocasionados pela aprovação de loteamentos que, até aquele momento, não seguiram a lógica proposta pelo plano de Vieira, o arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha elaborou, durante a segunda gestão do Prefeito João Paulino Vieira Filho, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 (TÖWS, 2015). Segundo Cordovil (2010, p. VIII), o objetivo era “estabelecer ligações com as ocupações urbanas desvinculadas das áreas consolidadas e expandir o perímetro da cidade”. De acordo com Beloto (2004, p. 103), o plano de 1979 “estrategicamente representaria a possibilidade de implantação de loteamentos para fins sociais em áreas distantes do núcleo urbano consolidado”.

Cordovil (2010) chama a atenção para um documento anexo ao Plano de Diretrizes Viárias de 1979, o plano intitulado: “Plano urbanístico – projetado para 800.000 habitantes”. A autora destaca esse documento, pois além de mencionar uma população muito superior a realidade da época, ele “exagerou na perspectiva de crescimento populacional, aumentando em cinco vezes o número de habitantes existentes” (CORDOVIL, 2010, p. 531). Töws (2015) explica que a real intenção da divulgação de planos como esse, é medir um desenvolvimento que ultrapassasse as possibilidades da realidade.

Segundo Töws (2015), o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 foi o plano efetivamente aceito e ele também foi o responsável pelo norteamento da expansão da cidade, por meio da aprovação de loteamentos na década de 1980. Ainda na década de 1980, em especial no ano de 1984, foram aprovadas duas leis: a Lei de Loteamento (Lei nº. 1734/84), cuja sanção permitiu a abertura de 54 novos loteamentos e a Lei de Zoneamento (Lei nº. 1736/84) cuja sanção permitiu a construção dos Condomínios Horizontais Fechados.

A década posterior, década de 1990, foi marcada pelo aumento do número de loteamentos aprovados, entre loteamentos e condomínios, e também pela substituição da estratégia, por parte dos empreendedores imobiliários, da verticalização pela horizontalização, principalmente, em regiões cujos terrenos antes abrangiam áreas do antigo cinturão verde da cidade (TÖWS, 2015). O mesmo autor destaca um outro ponto a ser discutido, os loteamentos para fins urbanos criados na zona rural. Estes loteamentos foram criados pelos loteadores como uma maneira de “fugir das exigências legais para parcelamento na área urbana quanto à doação

de áreas para o Poder Público e execução de infraestrutura, passaram a constituir os chamados “condomínios civis” (TÖWS, 2015, p. 152-153).

Por meio da Lei Complementar Nº. 632/2006, foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento, o qual foi elaborado para seguir os preceitos preconizados pelo Estatuto das Cidades, como: definir o plano diretor como instrumento-base para garantir a função social da cidade e da propriedade. Porém, para Töws (2015, p. 207) o referido Plano Diretor acabou por “viabilizar o interesse do capital, que neste caso, é verticalizar ainda mais”.

Porém o Plano do 2006 não se estabeleceu como o último Plano Diretor de Maringá. Ele adquiriu uma nova roupagem, adotando os preceitos de Planos de Futuro, enfatizados por Castells e Borja¹ mas agora sob a denominação de planejamento estratégico. Segundo Töws (2015), esse novo olhar a respeito do planejamento resultou na elaboração de três planos, assim historicamente ordenados: “Maringá 2020”; “Maringá 2030” e “Masterplan”.

Como se verifica, o papel do Estado, enquanto produtor do espaço urbano, estabeleceu-se por meio de políticas do governo federal (BNH), do governo estadual (Planos de Desenvolvimento), bem como do governo municipal (Planos Diretores e Estratégicos). Verificou-se que a expansão urbana se deu fortemente por meio de conjuntos habitacionais (inicialmente na zona norte de Maringá - Jardim Alvorada - e, em um segundo momento, nos municípios de Sarandi e de Paiçandu), os quais instrumentalizaram a geração de excedentes (como reserva de valor) ao passo que viabilizava (mesmo que precariamente) a constituição da classe trabalhadora no espaço urbano, a qual se estabelecia de modo segregado (atrelado ao interesse do mercado imobiliário) (BORGES, 2004).

Este modelo de desenvolvimento urbano/econômico teve o Estado como protagonista, o qual, ao mesmo tempo, fomentava o processo de urbanização e a mecanização da agricultura, associada à concentração de terras e à migração de pequenos produtores rurais para a cidade (BORGES, 2004). E, como resultante desse ciclo produtivo (com vistas a consolidação do modo capitalista de produção, na região), a cidade de Maringá tem sido produzida pelo prisma do planejamento, sendo este elitista, com base nas diretrizes do Estado, ao passo que, para além dos “muros” do município de Maringá, os mesmo agentes imobiliários produzem a cidade popular e de escassa infraestrutura, mas com a quase total ausência do Estado, principalmente no que se refere ao Planejamento Urbano (Planos Diretores e legislações urbanísticas). Pode-se dizer, por um lado, que o aglomerado urbano de Maringá é um modelo exitoso de geração de excedentes ao poder privado, com o aval do poder público e, por outro lado, de construção de cidade pouco desigual, já que os pobres são expulsos para o lado de lá do muro, mas com acesso garantido e desejado para servir no trabalho e no consumo, o lado de dentro (o lado de cá).

6.1 O PLANO MARINGÁ 2030

Segundo Töws (2015), o plano “Maringá 2030” apesar de ser considerado um autêntico plano estratégico de desenvolvimento, cujas características são apresentadas por Borja e

¹ Para Castells e Borja (1996) a eficácia desses planos estratégicos está pautada em três aspectos: 1) mobilização, desde o início, dos atores urbanos tanto públicos quanto privados com vistas a implementar suas medidas à medida que suas ações vão se concretizando; 2) é que o plano deve ser capaz de construir e/ou modificar a imagem pela qual a cidade tem de si mesma e a projeta no exterior e 3) o plano estratégico deve questionar não somente o governo local, suas competências e sua organização, mas também seus mecanismos de relacionamento com outras administrações e com os cidadãos, sua imagem e sua presença internacional.

Castells (1996), ele é caracterizado, segundo a própria revista “Maringá 2030” como sendo apenas um “conjunto de propostas coerentes entre si que se espera capazes de construir a cidade almejada, processo viabilizado pelo indispensável compromisso da sociedade organizada (classe empresarial fortemente vinculada ao mercado imobiliário), por meio da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) e do Conselho de Desenvolvimento Económico de Maringá (CODEM) de conduzi-lo juntamente com as autoridades constituídas” (MARINGÁ 2030, 2011, p. 7). Töws (2015) destaca ainda que tal plano também, nesse mesmo documento, enfatiza que ele possui características semelhantes ao já concluído plano “Maringá 2020”.

Segundo o próprio documento, ele não se constitui como um plano estratégico, pois trata-se de um conjunto de objetivos propugnados para a cidade, de diretrizes orientadoras do processo e de estratégias de condução. No entanto, as ações, os projetos e as propostas de políticas vão sendo construídos ao longo do tempo, assim como as estratégias são revisadas, suprimidas ou complementadas pelas câmaras técnicas, com o suporte da Secretaria Executiva e, em cada caso, deliberadas pelo Plenário mediante encaminhamento formal da Mesa Diretora (MARINGÁ 2030, p. 16).

Segundo Töws (2015), o documento além de apontar quais são as diretrizes estabelecidas em cada uma das quatro áreas (I. Desenvolvimento Econômico; II. Meio Ambiente; III. Cidadania e IV. Cidade), também abarca propostas que foram estabelecidas para atender a interesses de uma classe em específico (como agentes do setor imobiliário) ou quando, elaborados pelo poder público, foram realizados somente para atender a interesses político-partidários, prometidos em campanha eleitoral, quando da candidatura do atual prefeito Roberto Pupin (PP).

Töws (2015) ainda recorda que o CODEM teve até mesmo sua estrutura modificada para que pudesse atingir às diretrizes referentes a cada uma das quatro áreas citadas anteriormente. Essa alteração se deu, essencialmente, com a exclusão e alteração de câmaras técnicas. Para que esse documento fosse aprovado foram necessárias 127 assinaturas, incluído: empresários de diversos setores, ex-prefeito Silvio Barros II, outros políticos e membros do CODEM.

Ao recordar do fato de que esse plano é uma continuação do plano anterior: “Maringá 2020”, o autor supracitado esclarece que apenas algumas propostas foram incluídas ou alteradas no Plano 2030, tais como: urbanização da Zona 10, o Parque Tecnológico, Revitalização da Avenida Brasil e o Centro Cívico. Para Töws (2015), independentemente de ter planos urbanos elaborados em documentos anteriores a este, “há consenso entre os diversos agentes que a cidade tenha um desenvolvimento cujas ideias e propostas estejam alinhadas, independentemente de interesses e valores” (TÖWS, 2015, p. 229).

Em palestra proferida pelo atual prefeito, Roberto Pupin, juntamente com representantes do CODEM e de grupos de empresários de diversos setores, em especial do setor imobiliário, denominada de “Maringá no Futuro: Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental”, realizada no dia 31 de março de 2015, no auditório da ACIM, foram apresentadas, além das propostas de ação do plano Maringá 2030, também um resumo das ações da prefeitura em suas diversas áreas (saúde, educação, desenvolvimento econômico e urbano). Entre as ações, encontram-se investimentos, no total de R\$1,4 bilhão, tanto da iniciativa privada quanto da pública, assim enunciados: a COCAMAR, como iniciativa privada, e entre os investimentos públicos estão: SENAI, LACTEC, UTFPR, Armazém Digital, Eurogarden, TECPAR e Centro de Convenções e Cultura (CODEM, 2015).

A COCAMAR (Cooperativa Agroindustrial Cocamar) investirá R\$1,1 bilhão e também contratará os serviços de assessoria de um banco cooperativo holandês cujo nome é: Rabobank para que construa seu Planejamento Estratégico para o período de 2015 a 2020. Neste planejamento está previsto um aumento no faturamento, saltando de R\$2,9 bilhões para R\$6 bilhões em 2020, além de prever uma expansão em sua área de atuação, abrangendo um raio de 300 km (CODEM, 2015). As consequências disso são: geração de 300 empregos; ampliação dos volumes de recebimento de grãos e da base industrial, e a incorporação de novos itens no portfólio industrial, como a gordura hidrogenada (CODEM, 2015).

Para a ampliação do SENAI CTM serão investidos R\$8 milhões, com o objetivo de construir uma infraestrutura e adquirir equipamentos para atender o setor metalomecânico. Além disso, o SENAI CTM terá sua área física expandida em 1000 m², gerando 25 empregos diretos (de alta especialidade) nas áreas de engenharia e design (CODEM, 2015).

Quanto aos Institutos LACTEC, seu objetivo será atender ao segmento de construção civil e às normas do Corpo de Bombeiros. Contará com um terreno de 102 mil m² na Cidade Industrial de Maringá, sendo 2 mil m² de área construída, que será dividido em 2 etapas (CODEM, 2015). Na primeira etapa, serão investidos R\$5 milhões para a construção de um laboratório de reação ao fogo e, na segunda etapa, serão investidos R\$10 milhões para a construção de um laboratório de resistência ao fogo. Ao final de sua construção, gerará 15 empregos diretos, sendo 10 de técnicos e 5 de pesquisadores (CODEM, 2015).

O investimento inicial para a construção da UTFPR será de R\$35 milhões, com uma área de 150 mil m² (será o campus de maior extensão no estado), ofertará 5 cursos iniciais: Engenharia Aeronáutica, Engenharia de Materiais, Engenharia de Software, Tecnologia em Produção Gráfica e Tecnologia da Indústria do Vestuário e gerará 129 empregos, sendo 51 técnicos e 78 docentes (CODEM, 2015).

Para o Armazém Digital, serão investidos, inicialmente, R\$67 milhões, numa área total de 81.121,52 m² e destes 37.571,60 m² serão cobertos. Desta área coberta 23.296,60 m² serão destinadas para empresas e a área restante, 14.275 m², será para área corporativa, de eventos, de convivência e de alimentação (CODEM, 2015). Terá 37 empresas de TIC e startups, com um fluxo de 4 mil pessoas, gerando 3.200 empregos diretos e o início de sua operação em 3 anos (CODEM, 2015).

No que diz respeito ao Eurogarden Maringá, estão previstos um investimento de R\$32 milhões, com uma área de 2,4 milhões de m², suficiente para comportar uma população de até 15 mil habitantes e seu prazo de conclusão é o ano de 2017 (CODEM, 2015).

Já a TECPAR se instalará na Cidade Industrial de Maringá e contará com um investimento inicial de R\$100 milhões, em uma área total de 108.000 m², sendo 3.000 m² de área construída (CODEM, 2015). A sua produção, envase e controle do medicamento para o combate do câncer, Bevacizumabe, será responsável pela geração de 100 empregos com nível superior e previsão de ficar pronto no ano de 2019 (CODEM, 2015).

O Centro de Convenções e Cultura contará com um investimento total de R\$67,6 milhões, com uma área total de 43.100 m² (CODEM, 2015). Esse investimento será assim distribuído: o centro de eventos, que terá uma área de 6 mil m² e com 8 salas multiuso, moduladas com espaço para 200 lugares cada, terá um investimento de R\$19,8 milhões; o teatro, com 7.500 m² e com capacidade de lotação de 2.500 lugares, receberá um investimento de R\$31,5 milhões; a administração com espaços destinados a administração e apoio ao Teatro e ao Centro de Convenções terá uma área de 1 mil m² e com investimento de R\$2 milhões

(CODEM, 2015). Além disso, contará com estacionamento descoberto, com vagas para 1.000 veículos e 30 ônibus, numa área de 28.600 m², compreendendo um investimento de R\$14,3 milhões (CODEM, 2015).

Como foi explicitado anteriormente, apesar dele não se autoproclamar como plano de desenvolvimento, ele possui as características apresentadas por Castells e Borja (1996) e suas ações envolvem investimentos tanto do setor público (Centro de Convenções e Cultura e Armazém Digital, por exemplo) quanto do setor privado (a COCAMAR, por exemplo). Assim, depois de explicitar as ações decorrentes do plano “Maringá 2030”, faremos sua análise, na seção seguinte, de forma a atingir o objetivo de compreender a atuação do Estado no Plano “Maringá 2030”.

6.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PLANO “MARINGÁ 2030”

O plano “Maringá 2030”, divulgado sob a forma da revista Maringá 2030, em maio de 2011, pode ser considerado um instrumento de produção do espaço urbano, pois suas ações têm se consolidado nos instrumentos de gestão (Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei do Orçamento Anual). Sabe-se que sua elaboração procurou satisfazer os interesses dos mais diversos atores envolvidos que, segundo Töws (2015), estabeleceu-se para atender os compromissos político-partidários assumidos em campanha eleitoral da candidatura do atual prefeito Roberto Pupin (PP), em continuidade ao Plano Maringá 2020.

O plano Maringá 2030 foi elaborado pelo CODEM, conselho este que tem como sede a ACIM, e é composto, majoritariamente pelo segmento empresarial da sociedade civil da cidade de Maringá. Nesse sentido, a elaboração desse plano estratégico de desenvolvimento, se deu não somente para colaborar com o direcionamento das ações a serem tomadas para garantir o desenvolvimento da cidade em cada uma das quatro grandes áreas (I. Desenvolvimento Econômico; II. Meio Ambiente; III. Cidadania e IV. Cidade), mas também almejou legitimar as decisões do Estado, atribuindo a ela, no formato de Plano de Desenvolvimento Municipal, o status democrático, como se a arena estabelecida no CODEM representasse a sociedade civil de modo ampliado.

Além disso, no momento da publicação da Revista Maringá 2030, o município de Maringá estava inserido num contexto de economia aquecida, decorrente do aumento nos repasses de impostos estaduais, como o ICMS e o IPVA, bem como do aumento nas importações e exportações e de oferta de crédito. Além disso, conforme consta no documento “Maringá 2030”, a cidade “desejava” manter esse desenvolvimento econômico no longo prazo, mesmo que ele fosse incerto, por meio de ações, projetos e propostas de políticas que fossem construídas ao longo do tempo e que tivessem suas estratégias revisadas, suprimidas ou complementadas (CODEM, 2011).

As propostas das ações a serem realizadas, tendo como base investimentos dos setores público e privado, verifica-se, conforme elucida Corrêa (2012, p. 43), a atuação de “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

Cabe ressaltar que, esses diversos agentes apesar de terem diferenciações em suas estratégias, eles possuem fatores em comum que os unem. Enquanto os agentes produtores do espaço urbano privados, por um lado, buscam um acúmulo do capital, por meio da sua

territorialização, no qual a terra se apresenta como mercadoria, vinculada a um processo de especulação urbana, sob o objetivo de auferir maior lucro, o Estado, por outro lado, não necessariamente prioriza o valor de uso, diferentemente do que argumenta Leitão (1999 apud BORGES; SELA, 2013). Neste caso, como se verifica em Maringá, o Estado, ao constituir a legislação urbanística, ao autorizar a constituição de territórios segregados, e ao travar diálogos com alguns segmentos sociais, reproduz uma lógica patrimonialista (BORGES e SELA, 2013).

Tudo isso pode ser percebido quando analisamos as propostas do Plano Maringá 2030, o qual, além de atender interesses específicos de cada agente produtor do espaço urbano, elas também retomam como os agentes produtores privados e públicos adotam estratégias diferenciadas, já que o Estado prioriza o uso do solo por parte da população em geral, mas ao mesmo tempo instrumentaliza este mesmo espaço para ser construído para especulação imobiliária, por parte dos promotores imobiliários. Por exemplo, a vinda da UTFPR atenderá não somente as empresas ligadas ao setor de alta tecnologia, devido a uma maior qualificação de mão de obra, que é específica para cada empresa deste setor, mas também ao setor da construção civil, já que a área no entorno da universidade será especulada pelos promotores imobiliários. E este exemplo também mostra que, a especulação imobiliária é somente uma das operações dos agentes produtores do espaço urbano (no caso a de incorporação) dentre aquelas mostradas por Corrêa (2012), como sendo as seguintes: “estudo técnico [...]; construção ou produção física do imóvel [...]; comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros [...] e financiamento[...]” (CÔRREA, 2002, p. 19-20).

Porém, como já compreendido, independentemente do tipo de agente social, suas ações são responsáveis pela produção desse espaço que passa a ser, conforme Corrêa (2014), impregnado de materialidades e de significados diversos (associados a estética, etnicidade e status, por exemplo) e muito bem observado pelo design das edificações a serem construídas. Quando se atenta para o projeto Eurogarden Maringá, é pertinente questionar: é esta a cidade desejada pela população de Maringá? A quem ela atende?

Figura 02: Projeto Eurogarden, elaborado pelo escritório francês Archi 5, na área do antigo aeroporto de Maringá.



Fonte: <http://www.archi5.fr/flash8/index.html>; <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-41.htm>. CONSULTA EM 10/2015.

Na área a ser destinada ao Eurogarden Maringá também se visualizaram alguns dos múltiplos papéis do Estado, elencados por Samson (1980 apud CORRÊA, 2014, p.47-48), como: produzir as condições de produção para outros agentes sociais e tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais.

Trata-se de um projeto que busca se viabilizar por meio de parceria entre os setores público e o privado. Este espaço está planejado para receber o novo centro cívico da cidade de Maringá. Mais precisamente, diferentes órgãos públicos vinculados aos três poderes do Estado. Porém, além das edificações do poder público, foram pensados, para ocuparem o local, grandes edifícios comerciais e residenciais, construídos pelo setor privado, a título de exploração da área, a qual passaria a ser disponibilizada (cedida, doada, como preferir) em troca da pavimentação e dotação de infraestrutura urbana, a serem custeadas pelo setor privado. O que se tem é um projeto do atual governo municipal, o qual visa se apropriar de uma grande área pública e planejou designá-las para a elite econômica da cidade explorá-la, obtendo (o Estado) em troca, apenas a constituição de infraestrutura urbana do local (GATTI, 2015; TRILHAS URBANAS, 2015).

Como se verifica, os projetos que integram o Plano Maringá 2030, têm como objetivo principal beneficiar o setor produtivo privado, seja o capital imobiliário, no que se refere a geração de excedente (HARVEY, 2012), ou seja os setores industrial e prestador de serviços, por meio de fomentos de infraestrutura e de mão de obra especializada. Essas mesmas funções podem ser observadas na área do Centro de Convenções e Cultura. Neste caso, apesar de se estabelecer como um local para realizações de eventos culturais, ele terá como finalidade se constituir um ambiente de negócios para as empresas.

A partir de tudo que foi mostrado até o momento, pode-se perceber que as propostas de ações apontadas pelo plano “Maringá 2030” corrobora Carlos (2013, p. 68), no que se refere ao sentido de que “a reprodução do espaço recria as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, do poder e de vida humana. A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata”. Ainda, conforme a referida autora, também há uma relação muito próxima entre o mercado e o espaço, já que por constituírem-se em “forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras na medida em que são, ambos criadores de raridade” (SANTOS, 2013, p. 137-138). Assim, o espaço se produz e juntamente com ele, produz-se também conflitos que são latentes, devido a base da sociedade estar pautada na desigualdade, fruto de uma sociedade hierarquizada em classes (CARLOS, 2013).

E, como se verifica, essa relação entre as classes dominantes e dominadas, também se faz presente no Estado. O Estado quando entendido a partir de sua natureza de classe, segundo Poulantzas (2000, p. 128-129) “ (...) representa, organiza o interesse político, a longo prazo, do bloco no poder, composto de várias frações de classes burguesas”, aqui representadas pela sociedade civil restrita a elite econômica de Maringá, articulada com o governo por meio do CODEM e da ACIM. Nesse sentido, é possível visualizar a relação de exterioridade existente na relação Estado-classes e frações dominantes. Isto acontece, porque o Estado somente consegue atingir o objetivo desse plano: manter o desenvolvimento econômico futuramente, ao

ser submetido às classes dominantes, cujos interesses se sobrepõem aos interesses públicos, apesar de os interesses públicos, no que se refere a geração de empregos e maior qualificação da mão de obra, serão atendidos à medida que cada uma das propostas do plano vão se concretizando.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o Estado atue de maneira a garantir o atendimento das necessidades da população, ele, frequentemente, incorre, na reprodução da lógica patrimonialista-elitista. Isto acontece quando um ou poucos segmentos localizados na sociedade civil, por meio de uma relação estreita com o governo (esfera que conduz o Estado), consegue colocar seus interesses na agenda pública, e viabilizar por meio da construção de políticas públicas (de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento urbano, etc) seus interesses privados (de negócios). E, quando prevalece essa relação entre a sociedade civil (segmentada pela elite econômica) e o Estado, marcada por uma relação desigual de poder, onde a sociedade civil (estabelecida como elite) detém maior poder frente ao Estado, por conduzi-lo a partir da sua representação instalada como líder do poder executivo, tem-se um Estado subserviente ao interesse privado e não ao público.

Portanto, essa elite econômica consegue ter seus interesses atendidos sob a justificativa de que cada uma dessas ações, lideradas pelo Estado, atenderá também aos interesses de toda a população. E mais, esse fato vem se repetindo ao longo da história da cidade de Maringá, a qual viu seu plano original, concebido pelo engenheiro Jorge Macedo de Vieira, ser alterado. O resultado disso, é, então, uma cidade cujo desenvolvimento é, historicamente, traçado por uma fração de seu povo, mais especificamente uma elite econômica autoproclamada de sociedade civil.

A experiência de Maringá ilustra fortemente isto, ou seja, as a produção do espaço urbano conduzido pelo Estado, no que se refere a cidade de Maringá, fez-se construir uma cidade segregada, sob o comando de uma elite, a qual se apropriou do setor produtivo-imobiliário e, por meio de sua organização, a partir da ACIM e do CODEM, tem conseguido se fazer representada no governo e viabilizar seu projeto de cidade (sendo um deles o Maringá 2030), em detrimento de um Estado Democrático de Direito focado no interesse público, na invisibilidade econômica e social e na promoção de um Cidade para todos e todas, sob a lógica do desenvolvimento com equidade.

A partir de todas essas considerações, surgem algumas questões que poderiam ser discutidas em futuros artigos: como o Estado deveria agir de forma a garantir uma participação mais ampla da sociedade em ações que interessem a população em geral? Tem havido mobilização por parte dos segmentos menos favorecidos com a cidade que tem sido planejada e construída?

REFERÊNCIAS

BELOTO, G. E. **Legislação Urbanística: instrumento de regulação e exclusão territorial – Considerações sobre a cidade de Maringá.** 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

BORGES, William Antonio. **A periferia decorrente da mobilidade centrada no trabalho: a questão no aglomerado urbano de Maringá.** 2004. 233 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

BORGES, William Antonio; SELA, Vilma Meurer. Cooperação Intergovernamental e Produção do Espaço Urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá-PR. In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013, p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB2272.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CAPEL SAEZ, Horácio. **Capitalismo y Morfologia Urbana en España.** Barcelona, Círculo de Lectores, 1990.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 152-166, jul. 1996. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CODEM. **MARINGÁ 2030.** ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ, maio 2011. Disponível em: <<http://www.codem.org.br/site/index.php?sessao=6c400a9afdx6c>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982.** 2010. 640 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 15-48.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

ENGELMAN, Selda; PERRONE, Cláudia Maria. Interdisciplinaridade nos Estudos Organizacionais: um novo paradigma. **Global Manager.** ano 7, n. 11, p. 105-115, dez. 2006. Disponível em: <ojs.fsg.br/index.php/global/article/download/515/424>. Acesso em: 11 abr. 2016.

GATTI, Murilo. União doa áreas para Novo Centro Cívico. **O Diário**, Maringá, PR, 2015. Disponível em: <<http://digital.odiario.com/cidades/noticia/1437420/uniao-doa-area-para-novo-centro-civico/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**. v. 14. n. 28, p. 8-39, jul. 2012. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi027TznqfKAhXHhpAKHYUYBkYQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Fgeographia%2Fojs%2Findex.php%2Fgeographia%2Farticle%2Fdownload%2F551%2F345&usq=AFQjCNHffnT50zDT7x2z732_wIokwZE6RQ&sig2=YUytJAX8PLKkcCMFaT_Yog>. Acesso em: 13 jan. 2016.

HODDER, Ian. The Interpretation of Documents and Material Culture. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 1994, p. 393-402.

LEFEBVRE, Henri. O espaço. In: _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, p. 36-57.

LEITÃO, Gerônimo. **A construção do eldorado urbano: o plano diretor da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970/1988**, Niterói: Eduff, 1999.

MARICATO, Ermínia. Cidades e luta de classes no Brasil. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (Org.). **Classes? Que Classes?:** Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert, 2013, p. 139-162.

MARINGÁ NO FUTURO. A construção do futuro se faz com o planejamento e ações do presente. **CODEM**, Maringá. Disponível em: <<http://codem.org.br/sistema/arquivos/965ff79f7adb.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2015.

MARINGÁ NO FUTURO. Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental. **CODEM**, Maringá. Disponível em: <<http://codem.org.br/sistema/arquivos/170532835486.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

MENDES, C. M.; NEGRI, S. M. O “Falso” Novo Centro de Maringá – PR. **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 67-86, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12155/7318>>. Acesso em: 10 abril 2016.

MENEGUETTI, K. S. **Cidade Jardim, cidade sustentável. A estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá**. Maringá: Eduem, 2009.

MORO, D. Á. **Maringá Espaço e Tempo. Ensaio de Geografia Urbana**. Maringá: Eduem, 2003.

POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: _____. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000. p. 125-164. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Poulantzas,Nicos.As_lutas_politicas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Métodos quantitativos e qualitativos. In: _____. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B4UG_F2QeFUIR2FKWHM2eXZ5X1k>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SANTOS, Milton. O espaço revelador: alienação e desalienação. In: _____. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011, p. 136-145. Disponível em: <<http://www.fundacaoulysses.org.br/uploads/acervos/15/pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

TÖWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.